ATA DA 38ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dois, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Carlos Henrique Heck, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assinaram a lista de presença os Conselheiros Angela Gutierrez , Breno Bello de Almeida Neves, Ivete Alves do Sacramento, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Paulo Bertran Wirth Chaibub, Paulo Ormindo de Azevedo, Pedro Ignacio Schmitz, Synésio Scofano Fernandes – representantes da sociedade civil -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Jorge Derenji – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios -, Luiz Fernando Dias Duarte – representante do Museu Nacional – e Maria José Gualda de Oliveira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Arno Wehling, Joaquim de Arruda Falcão Neto, Luiz Viana Queiroz, Marcos Castrioto de Azambuja, Marcos Vinicios Vilaça, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Roberto Chaves Fernandes, Raul Jean Louis Henry Júnior e Thomaz Jorge Farkas – representantes da sociedade civil. O Presidente abriu a sessão, cumprimentou os Conselheiros e assinalou as presenças do Dr. Artur Nobre Mendes, Presidente da FUNAI, do Professor José Carlos Levinho, Diretor do Museu do Índio, de Nazaré Wajãpi e Aikyry Wajãpi, representantes do Conselho das Aldeias Wajãpi – APINA, da antropóloga Dominique Tilkin Gallois, da arquiteta Salma Saddi Waress de Paiva, Superintendente da 14ª SR/IPHAN, da arquiteta Thays Pessotto de Mendonça Zugliani, Superintendente da 6ª SR/IPHAN, do Prefeito de Santana de Parnaíba, Dr. Silvio Cavalcanti Versioli, a

quem concedeu a palavra para a seguinte manifestação: " Excelentíssimo Sr. Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dr. Carlos Heck, Senhores Conselheiros. Santana de Parnaíba, ao longo dos últimos seis anos, tem executado um trabalho absolutamente sério na questão que diz respeito à recuperação do seu Patrimônio Histórico. É o núcleo histórico mais próximo da capital do Estado de São Paulo, estamos a 37 Km da Praça da Sé, e desenvolvemos, junto com instituições portuguesas, um sistema de aprendizado técnico para revitalização do nosso centro com a recuperação de 209 imóveis. Temos feito o possível para resgatar a s tradições e a história da nossa cidade e acreditamos que, com 422 anos, Santana de Parnaíba, ponto de partida para diversas Bandeiras que acabaram por acrescentar um território considerável ao nosso país, mereça ser considerada um Patrimônio Nacional. É com este intuito que apresentamos um trabalho com base no estudo técnico desenvolvido pelo CONDEPHAAT, que efetuou o tombamento em 1982, acrescido de outro desenvolvido em conjunto com a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais de Portugal, para apreciação deste Conselho, juntamente com um abaixo assinado obtido na cidade e na região e até mesmo fora dela onde constam assinaturas de 300 membros do Congresso Nacional, do Comando Militar do Sudeste, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e de cerca de 65 mil assinaturas de moradores da cidade que entendem e defendem esta proposta apresentada a Vossa Senhoria. Tenho certeza que examinarão o assunto com todo o carinho. Muito obrigado." O Presidente recebeu o pedido, manifestando sua intenção de determinar a abertura de processo para exame da matéria. Em seguida, colocou em votação a ata da 33ª Reunião do Conselho Consultivo, aprovada por unanimidade. Prosseguindo, passou a tratar do Processo nº 1450678/2002-27 – Dossiê 7/2002 – pedido de registro, como Patrimônio Cultural do Brasil, da Arte Kusiwa – Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi, concedendo a palavra ao Conselheiro Pedro Ignacio Schmitz para a apresentação do seu relatório, transcrito a seguir: "**Processo** nº

01450.000678/2002-27. **Assunto**: Registro como "Patrimônio Cultural Brasileiro", de natureza imaterial, da **Arte Kusiwa - pintura corporal e arte gráfica Wajãpi. Interessado**: Grupo indígena Wajãpi, Macapá, Amapá. A solicitação foi feita ao Senhor Ministro do Estado da Cultura, em 13 de maio de 2002, pelo presidente do Conselho das Aldeias Wajãpi/Apina, Aikyry Wajãpi. A Instrução Técnica da proposta foi desenvolvida pelo Conselho de Aldeias Wajãpi, com o apoio da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, juntando toda a documentação necessária, que é rica e bem explícita. O Parecer Técnico foi emitido, em 16 de outubro de 2002, por Luiz Severino da Silva Jr, da 2ª Superintendência Regional do IPHAN. Fabrícia Guimarães Sobral Cabral, Coordenadora do Patrimônio Imaterial/Deprot deu o Parecer Conclusivo, atestando que "está amplamente justificada a importância da arte Kusiwa como formadora da identidade cultural do grupo indígena Wajãpi e a importância de seu reconhecimento como *Patrimônio Cultural Brasileiro,* inseminando (inserindo?) a representação da arte ameríndia no mosaico da cultura brasileira, como conseqüência da inscrição da Arte KUSIWA, "Cosmologia e linguagem gráfica Wajãpi", no livro de registro das formas de expressões". O Parecer da PROJUR, emitido pela Dra. Sista Souza dos Santos, em 21.10.2002, é o seguinte: "Pela Instrução processual se pode concluir que se justifica o **registro** da "arte Kusiwa" ou "arte gráfica Wajãpi", a qual poderá vir a ser registrada no Livro das Formas de Expressão." (...) "o processo, quanto ao aspecto formal está devidamente instruído, demonstrando que os procedimentos necessários foram adotados e, até aqui, observadas as determinações legais, bem como as recomendações regulamentares internas, motivo pelo qual se entende que a matéria está apta a ser submetida à apreciação do Egrégio Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de acordo com o # 4º do art. 3º do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000 que deverá deliberar a respeito da proposta de registro." O Aviso de que se estava procedendo ao Registro, assinado pelo Senhor Presidente do IPHAN, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de outubro, dando o

prazo de 30 dias para qualquer reclamação. Está sendo pedido o Registro de "Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi", do Povo Wajãpi do Estado do Amapá, que se distingue, inclusive em aspectos artísticos, de outros grupos com a mesma denominação de Wajãpi. Dos autos retiro as informações necessárias para o conhecimento e a deliberação deste Egrégio Conselho Consultivo. Os índios Wajãpi, a que se referem os autos, falam uma língua Tupi-Guarani e vivem no Estado do Amapá, numa região de florestas e de serras. Atualmente são 580 pessoas, sobreviventes de uma população que, no começo do século XIX, teria sido de uns 6.000 indivíduos. Estão distribuídos em mais de 40 aldeias, numa terra que foi demarcada e homologada em 1996. Sua vida é coordenada pelo Conselho das Aldeias, chamado Apina, cujo presidente encaminhou o pedido de registro. Como outras populações indígenas do Brasil, nos últimos 30 anos, vem tendo marcada interação com a sociedade nacional, que pode descaracterizar sua cultura. Existem referências escritas sobre os Wajãpi (Oyampi), desde a primeira metade do século XIX, mas só a partir da década de 1970 se intensificou a pesquisa. Hoje eles são estudados e acompanhados pelo Museu do Indio - FUNAI, o Núcleo de História Indígena e Indigenismo da Universidade de São Paulo e o Núcleo de Educação Indígena do Estado do Amapá. O Presidente do Conselho das Aldeias, Apina, introduz o seu pedido de registro, afirmando: "Nós, do povo Wajãpi, temos uma tradição muito importante em nossa cultura, a arte ***kusiwa***, que está ligada a conhecimentos que são passados para cada nova geração e compartilhados por todos os membros de nossa sociedade. Esses conhecimentos se encontram principalmente nos relatos orais que nós continuamos transmitindo aos nossos filhos e que explicam como surgiram as cores, os padrões dos desenhos e as diferenças entre as pessoas." "No passado, a arte *kusiwa* era aplicada somente na pintura corporal. Hoje em dia, ela continua a ser feita no corpo, mas também na decoração de objetos, como os potes de cerâmica, para uso e para venda, em trançados de cestos, em bolsas e tipóias. Os padrões *kusiwa* têm seus próprios nomes e variações. Podem

ser combinados de muitas maneiras diferentes, que nunca se repetem, mas que são sempre reconhecidos por todos os Wajãpi como *kusiwa*." Nos últimos anos o uso de papel e de canetas coloridas aumentou suas possibilidades de expressão. Continuo citando dos autos: "A tradição gráfica que os Wajãpi denominam *kusiwa* se aplica à decoração de corpos e objetos, envolvendo técnicas e habilidades diversificadas, como o desenho, o entalhe, o trançado, a tecelagem etc. Sua função principal, no entanto, vai muito além deste uso decorativo, pois o manejo do repertório de padrões gráficos é um prisma que reflete de forma sintética e eficaz a cosmologia deste grupo, suas crenças religiosas e práticas xamanísticas. É uma forma de expressão que evidencia, no seu uso cotidiano, o entrelaçamento entre a estética e outros domínios do pensamento. Sua eficácia reside na capacidade de estabelecer comunicação com uma realidade de outra ordem, que somente através do elenco codificado de padrões, e na mitologia, se pode conhecer. Narrativas orais e composições gráficas colocam em cena seres que não podem ser vistos pelos humanos de hoje, mas cuja existência pode ser acessada através dessas formas particulares de conhecimento e expressão." (...) "Diz a tradição oral desse grupo que a origem das cores e dos padrões gráficos remonta aos tempos primevos, quando surgiram os ancestrais da humanidade atual. Não existiam nem cores, nem formas distintas entre os habitantes do mundo, todos eram iguais, sem diferenças marcadas em seus corpos, em suas línguas ou em seus conhecimentos e práticas de vida. Para organizar a vida em sociedade, o demiurgo *Janejar* promoveu a separação entre homens e animais, destinando a cada um seu espaço diferenciado. Tal especiação ocorreu por ocasião de uma grande festa em que todos, futuros homens e futuros animais, exibiam seus cantos e suas danças. A aparência era a mesma para todos, mas não os repertórios musicais, nem os conhecimentos. Foi assim que uma parte dos primeiros seres, que estavam dançando à beira do primeiro rio, caíram n'água e se transformaram em peixes. Desde então, eles servem de alimento para os humanos." (...) "Para se pintar os Wajãpi utilizam sementes de urucum, gordura

de macaco, suco de jenipapo verde, resinas perfumadas. Representam peixes, cobras, pássaros, borboletas, objetos como lima de ferro. As pinturas aplicadas no corpo não são tatuagens nem decalques, nem são marcas étnicas ou símbolos rituais. É sua tradição decorar corpos e objetos, por prazer estético e desafio criativo." "Três tipos de tintas são utilizadas para decorar o corpo. O vermelho claro é obtido com sementes de urucum amassadas e misturadas com gordura de macaco ou óleo de andiroba. O preto azulado é obtido com a oxidação do suco de jenipapo verde misturado com carvão. O vermelho escuro é uma laca preparada com diversas resinas de cheiro e urucum." "Muitas vezes, essas tintas são aplicadas em justaposição, ou ainda sobrepostas. (...) Como pincel, utiliza-se finas lascas de bambu - ou de talos de folhas de palmeira - sobre as quais são enrolados fios de algodão. Partes do corpo podem ser decorados diretamente com o dedo, o com chumaços de algodão embebidos de tinta." "A pintura corporal é uma atividade do cotidiano, realizada no âmbito familiar." "Cada padrão tem uma denominação específica e é reconhecido por qualquer adulto independentemente de sua aldeia de origem." "O sistema *kusiwa* proporciona à comunidade meios de adaptação a novas realidades. Narrativas são reelaboradas, novos padrões decorativos são apreendidos e reformulados, mas sempre no sentido de uma apropriação incorporada ao sistema de valores e significados mais vastos." O objeto do Registro, e o que se trata de salvaguardar, são os modos de execução em conformidade com uma tradição reconhecida pelos membros mais idosos do grupo, os quais se preocupam com o destino dessa tradição frente a um interesse muito grande dos jovens pelos bens, conhecimentos e tradições da população nacional. Não cabe ao IPHAN congelar a tradição, através do registro, mas "garantir o respeito e a proteção dessa arte pertencente aos Wajãpi como uma tradição coletiva de sua cultura", nas palavras do Presidente do Conselho das Aldeias/Apina. Para garantir o respeito e a proteção, o IPHAN deverá acompanhar o seu desenvolvimento. Esse acompanhamento será feito, basicamente, e em primeira instância, através de um

Plano de Gestão que envolve o Museu do Indio - FUNAI, o Conselho das Aldeias Wajãpi/Apina, o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo e o Núcleo de Educação Indígena do Estado do Amapá. A tramitação do processo se completou rapidamente e nenhuma objeção foi encontrada para se registrar como "patrimônio nacional" um bem específico de uma comunidade indígena viva. Com isso se reconhece que essas comunidades fazem parte da grande nação brasileira e tem direito a sua própria história e cultura. Outros registros semelhantes deverão seguir. Estou orgulhoso de poder relatar este primeiro processo. Meu **Parecer** é que se registre **Arte kusiwa - pintura corporal e arte gráfica Wajãpi"** no livro das 'Formas de Expressão'. São Leopoldo, aos 2 de dezembro de 2002. Pedro Ignacio Schmitz."
O Presidente cumprimentou o Conselheiro pela qualidade do seu relatório e pediu licença para que, antes dos debates, fosse exibido um vídeo onde estão registradas manifestações artísticas dos Wajãpi do Amapá, que integra o processo em análise e deverá compor o dossiê a ser encaminhado à UNESCO com o pedido de sua inscrição na lista de Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Paulo Ormindo para as seguintes considerações: "Desejo parabenizar as duas comunidades aqui presentes, tanto a comunidade indígena como a representação de Santana de Parnaíba, a primeira com o pedido de registro a ser votado agora e a segunda solicitando abertura de processo de tombamento a ser instruído. De qualquer modo, são pedidos de proteção que nascem das comunidades, não foram impostos por organismos de governo. Representam a busca de legitimação do seu patrimônio, nascem com possibilidades de sucesso pela consciência da importância da sua cultura, e desejo de preservá-la. Não é uma camisa-de-força, pelo contrário, é uma busca de apoio para possibilitar a sua preservação.No caso dos Wajãpi, trata-se de comunidade relativamente pequena, cerca de 500 pessoas, mas com uma cultura muito forte e naturalmente ameaçada pela invasão civilizatória ocidental. O caso

de Santana de Parnaíba evidencia a mudança de mentalidade do povo brasileiro em relação ao tombamento, medida que deveria partir da comunidade no sentido de buscar no Estado apoio para a preservação do seu patrimônio cultural. Concluindo, felicito a comunidade indígena, os autores dos trabalhos que foram aqui apresentados, e o relatório do Conselheiro Pedro Ignacio Schmitz, reconhecendo esta aspiração perfeitamente legítima do povo Wajãpi". O Conselheiro Luiz Phelipe Andrès tomou a palavra para apresentar as seguintes considerações: "Quero também cumprimentar o Conselheiro Schmitz pelo relatório, e manifestar minha admiração pelo trabalho que nos chegou às mãos: dois livros que mostram dedicação e seriedade muito grandes na pesquisa que foi feita em torno da Arte Kusiwa e da Arte Gráfica Wajãpi. Sabemos como é difícil chegar a este resultado. Preocupa-me a informação de que o grupo conta com 550 indivíduos distribuídos em 40 aldeias, o que representa, em média, 13 pessoas por aldeia. A inscrição no Livro de Registros é um passo fundamental para a preservação dessa arte, quem sabe milenar, mas é insuficiente para sustar o processo quase de extermínio de uma população. Através de outros Ministérios, são desenvolvidas ações visando preservar espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção; o que fazemos pelos segmentos da humanidade que também sofrem este tipo de ameaça? Considero dever do Conselho propor medidas em relação a esse aspecto, porque é preocupante este quadro: apenas 550 indivíduos detentores de cultura com um valor que nos assombra." O Conselheiro Pedro Schmitz tomou a palavra para indagar das autoridades presentes, ligadas à questão, se a população Wajãpi já conseguiu estabilizar o seu crescimento demográfico, se está mais consciente, ou se ainda permanece em ritmo decrescente. O Presidente concedeu a palavra ao Dr. Arthur Mendes, para os seguintes esclarecimentos: "É uma honra imensa estar aqui. Gostaria de dizer que temos vinte e poucos anos de contato com a população Wajãpi. No início, nos primeiros anos, ela esteve seriamente ameaçada de extinção em decorrência de doenças contraídas através de contato desordenado causado pela abertura de

estrada da Perimetral Norte, que cruzava parte do seu território. A obra não teve continuidade, de modo que hoje a população Wajãpi se encontra em processo de reversão dessa curva declinante. O número expressivo de jovens menores de quinze anos indica que está havendo entre os índios grande preocupação de acelerar o processo de recuperação demográfica. Às vezes uma família vai morar em local um pouco mais distante e constitui uma aldeia, mas isso não implica que esteja sob ameaça, a ponto de ser extinta. A população Wajãpi se encontra em franca recuperação. Naquela área há um trabalho feito pelo Ministério da Saúde em parceria com as próprias organizações indígenas, para cuidar da saúde dos indígenas. As endemias estão de certa forma sob controle. Era esse o aspecto que desejava destacar". O Presidente concedeu a palavra a Nazaré Wajãpi para a seguinte manifestação transcrita, dentro do possível, de forma literal:, "Eu venho aqui, não sei bem falar de branco. Eu vou falar assim porque nós não é muito Wajãpi. Só que nós está demarcando nossa terra, aí nós dividimos assim, assim, assim, não é de junto igual como vocês não. Nós está demarcando nossa terra, dividindo assim, assim, assim. Cuida terra pra não invadir branco nossa terra. Aí nós está cuidando nossa terra pra não entrar o branco. Parece que o branco pensa que o Wajãpi tem pouco. Não é tem pouco Wajãpi; tem muito Wajãpi. Eu entendo pouquinho o que vocês estão falando: 'o Wajãpi tem pouco; pouco tempo o Wajãpi vai acabar'. Não vai acabar não; nunca o Wajãpi vai acabar. O branco também falou isso pra gente: 'por que o Wajãpi tem pouco, pouquinho, pouquinho quer ter aldeia?' O Wajãpi só que mora um aqui, um ali, não ajunta assim só uma aldeia assim, não. Tem que vai pra outro lugar, vai pra outro lugar, vai pra outro lugar. O Wajãpi não pensa assim: só um lugar junta assim. O Wajãpi nem pensa isso; só tá cuidando terra dele, entendeu? Tem que vocês entender com nós como é a vida no Wajãpi. Porque se estuda também isso, entendeu? Aí nós professor Wajãpi novo, estudando, para caraíba não falar assim: 'Wajãpi tem pouco, pouco tempo, o Wajãpi vai acabar, o Wajãpi vai diminuir'. O Wajãpi não vai diminuir. Igual

como caraíba crescer, mesma coisa o Wajãpi. Vai ter filho, futuro, vai ter muito filho, aí vai crescer muito também. Não pode dizer o Wajãpi vai acabar, o Wajãpi vai acabar; de jeito nenhum. Também que nós cultura, nós desenho, nós não vai deixar; nunca. Como caraíba chama assim **patrimônio**, assim, eu entende pouco também, como vocês fala eu esquece. A Kusiwa nós nunca vai deixar, também cultura; nunca. Tem que ensinar mãe jovem, tem que mãe ensina quando pequeno, pra não esquece cultura, assim desenho; tudo isso nós não vai deixar; nunca. A pintura em urucum não é sujo não, é nossa cultura mesmo. Igual como vocês usa roupa, aí nós vai ensinar pra vocês: pra que caraíba usa roupa? Tem que deixar roupa, igual nós, viver assim nu, nós de cultura nu. Não é nu não; usa saia, é assim. Deus deixa assim nós, vocês também Deus deixa vocês de roupa, usa roupa, tudinho. Nós mesma coisa; o Wajãpi só saia. Vocês nunca vai deixar saia, Deus falou pra gente. Tem que viver assim, caramun, caramun. Assim nosso avô falou: desenho nunca não vai esquece, nunca; nem futuro não vai esquece." O Presidente, após observar que os registros desse e de outros patrimônios semelhantes contribuirão para a sua sobrevivência, passou a palavra ao Dr. José Levinho para os comentários transcritos a seguir: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. É um prazer muito grande estar aqui. Vou fazer um pequeno comentário. O desdobramento das Aldeias Wajãpi teve o objetivo de criar uma linha de segurança dentro do seu território, área muito ameaçada por invasões de garimpeiros. Os Wajãpi, há uns 6 ou 7 anos, expulsaram os garimpeiros do seu território, quase totalmente ocupado. Fizeram um movimento muito forte visando expulsar os garimpeiros e ocupar o território. Esses pequenos grupos obedecem aos padrões tradicionais de ocupação territorial. É óbvio que, como esclareceu o Senhor Presidente da Funai, ocorreram vários problemas demográficos em função do contato com os brancos. Mas a população está em franco crescimento e, sem dúvida nenhuma, o registro da Arte Kusiwa terá importância muito grande, não só em relação à sociedade brasileira, mas para os próprios Wajãpi, no sentido de mostrar às

gerações mais jovens que a sociedade brasileira também valoriza a sua cultura tradicional. Obrigado." O Presidente agradeceu os depoimentos do Dr. Arthur Mendes, Presidente da Funai, do Dr. José Levinho, Diretor do Museu do Índio, e de Nazaré Wajãpi, observando que a fala da representante das aldeias Wajãpi é importante como registro da sua presença naquela reunião. Prosseguindo, passou a palavra ao Conselheiro Jorge Derenji para as seguintes observações: "Embora não seja objeto do processo em discussão, gostaria de assinalar a importância do trabalho de Dominique Gallois, agora apresentado. Tive a oportunidade de fazer parte de um grupo que desenvolveu o módulo da arquitetura indígena do projeto 'Brasil 500 anos de Arquitetura', na Universidade de Pernambuco, quando verifiquei a grande dificuldade de obtenção de informações a respeito das diversas tipologias dessa arquitetura. O trabalho da antropóloga enriquece as pesquisas de poucos arquitetos que trabalham nessa área, como Cristina Sá e Eduardo Mariano." Prosseguindo o Presidente colocou em votação a proposta contida no Processo nº 01450.000678/2002-27 para registro, como Patrimônio Cultural do Brasil, da **Arte Kusiwa Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi** no Livro das Formas de Expressão, aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar do Processo nº 1.500-T-02 – proposta de tombamento do **Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia,** lembrando que recebera em seu gabinete a Superintendente da 14ª Sr/IPHAN, arquiteta Salma Saddi Waress de Paiva, representantes do Governo do Estado de Goiás e do Governo Municipal de Goiânia, membros da Universidade, e membros da sociedade local, todos colaboradores na elaboração do dossiê que fundamenta o pedido de tombamento. Informou que a documentação está acondicionada em mala pertencente a pedreiro que participou da construção da cidade, e ficará exposta na sede de do IPHAN em Goiânia. Registrou sua homenagem à citada Superintendente pelo papel que desempenhou na elaboração da proposta em exame, concedendo-lhe a palavra para a seguinte manifestação: "É com muita emoção e respeito que me dirijo aos

membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e aos colegas presentes. O dossiê intitulado Art Déco de Goiânia nasceu de uma grande parceria desenvolvida durante o ano de 2001 até agosto de 2002, período em que nos reuníamos às terças-feiras na sede do IPHAN, em Goiânia, com representantes de seis Secretarias da Prefeitura Municipal e de três Secretarias do Governo do Estado de Goiás, contando também com a participação de represente das universidades e de estudiosos do assunto. Todo nosso trabalho foi dedicado ao arquiteto e urbanista Atílio Correia Lima, autor do projeto de Goiânia, na década de 30. O governo do Estado de Goiás pretende, no caso da aprovação desse tombamento, adquirir todo o acervo do citado arquiteto para compor o Museu Art Déco de Goiânia. Considero importante, na questão de Goiânia, o fato de ser um pedido de tombamento surgido por iniciativa de vários parceiros, visando, inclusive, o tombamento do seu traçado original, porque, das cidades planejadas do Brasil, é uma das poucas que ainda continua íntegra. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição com a equipe da 14ª Superintendência." O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Paulo Bertran para a apresentação do seu relatório, transcrito a seguir: "Processo de Tombamento nº 1.500-T-02 - Acervo Arquitetônico e Urbanístico ART DÉCO de Goiânia. Às vezes nos parece que os centroestinos vieram ao mundo para criar cidades. Longe da imagem de um Brasil Central rural, o que nos impulsiona na história são as cidades. No século XVIII, assim que uma região mostrava seu ouro, plantava-se um acampamento durável que logo recebia uma capela e tornava-se a referência, o ícone urbano da região. O urbano precede o rural e para o sempre depois fará sua mediação histórica. Com o século XVIII maduro, cidades fronteiriças ou aldeamentos indígenas em Mato Grosso e Goiás pulam das plantas do engenheiros coloniais para pousarem quadráticas e estratégicas em antigos ermos selvagens. Se o núcleo citadino original é caótico, logo dão-lhe um plano de expansão em polígonos planejados, retificados, como por duas vezes aconteceu com Vila Boa de Goiás, em 1739 e em 1781. Dessa forma surgiu

como que uma introjeção compulsiva nos goianos rumo à geometria regular, seja na medição da data mineral, do talhão de roça ou da corrutela sertaneja. Conheci analfabetos que sabiam calcular com exatidão a alqueiragem de uma área ou a extensão de um caminho ou o peso de um objeto, desde que com os parâmetros coloniais de alqueires, arrobas e léguas. Século XX afora agrimensores que mediam novas glebas de colonização (sempre em alqueires), eram os mesmos que demarcavam as cidadezinhas surgentes à margem das estradas de terra. Haviam aprendido seu urbanismo elementar com o grande impacto inovador que representou a construção de Goiânia na década de 1930. E a partir dela passava a viger, de fato, em Goiás, o sistema métrico universal, instituído no Império. O tempo dos relógios e dos juros, ferrovias e automóveis. A prescrição da economia sertaneja de abastância. Goiânia porém representava mais. A mudança da capital esgarçara de súbito o tecido cultural goiano. Sob os rigores do Estado Novo surgiram dois Goiases. O novo goianiense, bolsa coletora da discutível modernidade predadora da Marcha para o Oeste e o antigo, representado por Goiás Velho, a bicentenária capital rebaixada com esse apelido a traste desprezível. E no entanto, nos tempos que correm, eleita Cidade Patrimônio Mundial – para certa complicação da crise de identidade bipolar que acomete a goianidade desde a fundação de Goiânia. Os goianienses agora, com suas justas razões e pesante importância, acordam para a grave questão de sua historicidade, até aqui tratada de forma vaga. Como por um sinal do inconsciente coletivo transcorriam 70 anos das origens de Goiânia e ocorreu o necessário surto de uma busca de signos e raízes que é a forma humana definitiva da posse do espaço. A posse emotiva, amorosa da sua paisagem urbana. Antes que o tempo passe tudo a raso, dizia Cora Coralina. Este é o sentido mais subjacente ao tombamento destes marcos goianienses, muito bem embasado por diversos livros que acompanham este dossiê, principalmente os estudos dos arquitetos Celina Manso e Wolney Unes. Diversas instituições e pessoas da mais alta representatividade do Estado de Goiás apoiaram e acompanharam a constituição

do caprichado dossiê em meio ao clima de instalação da 14ª SR em Goiânia, seguindo-se os intensos trabalhos de preparação da Cidade de Goiás para o recebimento do título de Patrimônio Mundial, depois a catastrófica enchente que tantos prejuízos causou à mesma cidade, depois o incêndio arrasador da Matriz de Pirenópolis, tudo isto enfrentado, até mesmo ameaças contra sua integridade física, por esta brava Senhora Salma Saddi Waress de Paiva, consagrando a legenda histórica do valor das mulheres goianas. O ART DÉCO, por mais que se rarefaça hoje, é a efígie tutelar de Goiânia, enquanto existir a Praça Cívica com o Palácio do Governo e seus edifícios administrativos, o conjunto urbanístico basal que hoje aqui apreciamos, a que se acrescem outros edifícios isolados de igual partido arquitetônico, ao todo vinte, todos pertencentes a alguma esfera de governo. Haveremos de nos surpreender quando levantamentos mais amplos nos mostrarem a importância e a amplitude que o Art-Déco teve em todo o Brasil - e em todas as Américas - como um símbolo que unia a noção de modernidade ao mais profundo tradicionalismo nacionalista pan-americano. A 1ª exposição Art-Déco ocorreu em Paris em 1925, tendo mostrado em alguns prédios certa parecença com os ziggurats assírios e babilônicos escalonados (nenhum deles subsistira ao tempo) e que se inspiravam em hipotéticas reconstituições feitas por arqueólogos no atual Iraque. Ora, tornaram-se moda na Europa, mas o que ocorria nas Américas desde fins do século XIX era o descobrimento das antigas civilizações dos Maias, Astecas e Incas, algumas encobertas por florestas, culminando em 1920, com a revelação da cidade perdida de Machu Pichu e no decorrer desse tempo, pela revelação das culturas Marajoara e Tapajônica na Amazônia brasileira. Nossos rapazes arquitetos, como Atílio Correia Lima de Goiânia, estudaram em Paris, mas o que tinham aqui em mãos para se afirmarem superiormente era o legado de autênticas pirâmides escalonadas americanas e autênticos hieróglifos do Novo Mundo. O ideal para países como o Brasil e os Estados Unidos que então rebatizavam suas cidades com nomes indígenas e sufixos gregos e latinos. E nesse exercício patriótico esculpiam fachadas com

motivos Art-Déco pan-americanos. Nos Estados Unidos, Miami Beach. No Brasil, Goiânia. Na Europa, o Art-Déco era modismo. Nas Américas, identidade e por isso digno de melhor avaliação e alto respeito. E o IPHAN tem muito o que fazer ao abrir agora a porta do século que recente se fechou sobre esses acervos. E peço que tal tome como um cumprimento o Dr. Carlos Heck ao encerrar sua prolífica gestão no IPHAN. O homem do cerrado - o cerratense - é essencialmente, vimos, um construtor de cidades e de capitais, refletindo a intensidade de transfigurações com que a história nos tratou. Pela ordem, três capitais planejadas: Goiânia, Brasília e Palmas, alterando a gravimetria do país e consolidando de vez sua territorialidade. Talvez não tenha chegado ainda a hora da tomada de posse simbólica amorosa dos brasilienses e palmenses, apenas iniciando e consolidando suas gerações. Mas é o que já nos apontam aqui os goianienses ao pedirem o tombamento federal do plano pioneiro de Goiânia e do seu bairro predecessor, Campinas. Passaram-se 70 anos de vertiginoso crescimento urbano e lá está quase intacto o plano original, por sua excelência e fluência que convida o *flaneur* a passar e fundir-se à paisagem. O velho plano radial do carioca Atílio Correa Lima, depois implantado por Armando de Godoy e pelos infatigáveis irmãos Coimbra Bueno, estes logo correndo pela consecução de Brasília. E eis que, por razões já examinadas, reencontram-se o Art-Déco e o plano diretor de Goiânia unidos, tomados na tatuagem que salta aos ares, além da compreensão ou intenção de qualquer planejamento urbano, sua transformação em símbolos sedimentados da história, e razão do nosso parecer afirmativo. Goiânia, 10 de Dezembro de 2002. Paulo Bertran Wirth Chaibub. Conselheiro."
O Presidente cumprimentou o Relator pela qualidade de seu parecer e agradeceu os elogios à Presidência do Iphan e, em nome da arquiteta Salma Saddi Waress de Paiva, o louvor ao trabalho executado pela 14ª SR/IPHAN. O Conselheiro Pedro Schmitz pediu a palavra para apresentar os seguintes comentários: "Quero felicitar o Conselheiro não só pelo seu relato, mas por nos ter transportado para outro ambiente agradável, para mim especialmente agradável, porque convivi

muito tempo com esse homem do cerrado, do qual buscamos a origem. Já estamos há onze mil anos atrás sempre encontrando o homem do cerrado criando suas estruturas típicas através do tempo, conseguindo se manifestar bem e conseguindo sobreviver bem; não apenas sobreviver, mas ser exuberante. Felicito o Conselheiro pela excelente apresentação. Meu voto, naturalmente, é a favor". A Conselheira Maria José Gualda de Oliveira associou-se aos cumprimentos apresentados, destacando a beleza do texto do Relator. O Conselheiro Liberal de Castro pediu a palavra para as seguintes considerações: "Antes de tudo gostaria de me congratular com o Conselheiro Paulo Bertran, goiano que está defendendo a sua própria terra. E me congratulo por outras razões: é um leque que se abre em torno da visão de arquitetura, porque, há muitos anos, quando pedi o tombamento de um pequeno teatro em cidade do interior do Ceará, hoje tombada pela União, a medida foi negada porque o IPHAN não valorizava o ecletismo. Felizmente essa posição mudou muito. Posteriormente, também a meu pedido, foi aprovado o tombamento do Teatro José de Alencar, seguido por vários outros. O caso de Goiânia é interessante, é o chamado pré-racionalismo, porque o Art Déco funciona em boa parte como pré-racionalismo. A cidade foi fundada na ocasião em que o Art Déco se espalhava pelo Brasil. Em Copacabana, a área da Rua Duvivier, do Hotel Copacabana Palace é o paraíso Art Déco, mas são obras privadas. Não é o caso de Goiânia, esse tombamento de bens públicos não criará problemas, é coisa pacífica. E é a essência da cidade de Goiânia, como arquitetura aquilo é Goiânia. Um dos elementos do Art Déco que aparece em versão do tipo Bauhaus é o basculante de ferro. Goiânia era tida como a cidade dos basculantes de ferro. Faz parte de todo um contexto da época brasileira de renovação do desenho das cidades, que começa com Agache formando um grande grupo no Rio de Janeiro. Atílio, voltando da França, fez para Niterói um projeto não executado. Foi bem sucedido em Goiânia, com algumas alterações, mas, na verdade, o que ele pensava foi realizado. É a primeira experiência efetiva de um planejamento no

século XX, porque havia Belo Horizonte, mas com raízes muito no século XIX, inclusive no sistema de organização do espaço. Goiânia renova realmente e abre caminho para outras formas de implantação urbana. Congratulo-me com o Relator e com os funcionários da 14ª SR/IPHAN, antecipando o meu voto sem qualquer restrição, muito ao contrário, com todo o elogio." O Conselheiro Paulo Ormindo tomou a palavra para apresentar as seguintes considerações: "Queria me congratular com o Conselheiro Paulo Bertran pelo seu relatório, é um relatório de uma grande amorosidade pela sua terra e por Goiânia. Considero importante ressaltar aqui a colaboração que o Atílio teve de Renato Soeiro, mais tarde Diretor do IPHAN. A Estação de Hidroaviões é, provavelmente, de Renato Soeiro. Foi projetada no escritório do Atílio, que não teve tempo de dar-lhe os créditos necessários. Quem é arquiteto pode verificar que o tratamento da Estação é totalmente diferente do Art Déco, inteiramente modernista e de uma qualidade excepcional. Sempre tive um encanto por aquela obra. Então esta Casa também está ligada à obra de Atílio através de Renato Soeiro, uma das figuras, a meu ver, a merecer um resgate, porque foi um homem que promoveu a reestruturação do IPHAN no momento que Dr. Rodrigo se afastou, inserindo a instituição na rede internacional de proteção, participando de congressos internacionais, trazendo as primeiras lições para o desenvolvimento do ensino de preservação e de conservação no Brasil. Ficou eclipsado por duas figuras muito importantes: Rodrigo de Melo Franco e Aloísio Magalhães. Goiânia é realmente um exemplo fantástico, há uma concentração de edificações na qual o Art Déco se destaca muito mais. Talvez numericamente o Rio de Janeiro tenha, ou já teve um número maior. Mas há em Goiânia uma unidade sem dúvida nenhuma muito importante, que vai até detalhes como postes e pequeno mobiliário urbano. Quero, mais uma vez, felicitar o Conselheiro Paulo Bertran pela forma literária amorosa do seu relatório e declarar meu voto, de total apoio." O Conselheiro Liberal de Castro retomou a palavra para concordar cm os prejuízos causados pelo elevado da perimetral à visibilidade de um dos edifícios mais

belos da arquitetura moderna do Rio de Janeiro, seja pela concepção, seja pelo acabamento, projetado no escritório de Atílio Correia Lima, no qual trabalhava um grupo que incluía Renato Soeiro. Lembrou a morte daquele arquiteto, em 1943, quando a avião em que se encontrava explodiu ao levantar vôo no Aeroporto Santos Dumont, desastre presenciado por Oscar Niemeyer. O Presidente tomou a palavra para observar que, em viagem recente a Lisboa, observou a substituição dos modernos elevados por passagens subterrâneas, exatamente pelo seu impacto visual negativo. Em seguida, colocou em votação a proposta contida no Processo nº 1.500-T-02, ficando aprovados, por unanimidade, o tombamento do **Acervo Arquitetônico** e **Urbanístico Art Déco de Goiânia**, no Estado de Goiás, e a delimitação do seu entorno. Prosseguindo, passou a tratar do Processo nº 1.405-T-97, proposta de tombamento do **Dedo de Deus**, maciço rochoso situado no Município de Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, concedendo a palavra à Relatora, Conselheira Maria José Gualda de Oliveira, que externou sua satisfação, como servidora do IBAMA, em relatar pedido de tombamento encaminhado por unidade daquele Instituto e apresentou seu parecer, transcrito a seguir: **"PROCESSO DE TOMBAMENTO Nº 1405-T-97. Maciço Rochoso Dedo de Deus, situado no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Município de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro.** 1. Por meio do Ofício nº 032/97-PARNA-SO/IBAMA, datado de 16 de abril de 1997, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA solicitou ao Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o tombamento, para fins da proteção prevista na legislação pertinente, do maciço rochoso denominado *Dedo de Deus* (área delimitada pelas coordenadas geográficas NS/7514000-751200, LO/704000-706000), incrustado na área coberta pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de propriedade da União e sob a administração do IBAMA, no Município de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro. 2. Realizados os procedimentos relativos à localização, à avaliação estética e histórica do monumento natural, bem como

expedidos os pareceres técnicos e as comunicações recomendadas pela legislação que rege a matéria - cujos conteúdos conformam o Processo n° 1405-T-97 e que propomos passe a fazer parte deste Parecer independente de transcrição -, o pleito é submetido a esta relatoria para fins de elaboração de parecer final a ser submetido à apreciação do egrégio Conselho Consultivo do IPHAN. 3. Os resultados desses procedimentos e dos estudos técnicos realizados, evidenciam que o maciço *Dedo de Deus* (altitude de 1.692 metros), erigido pela natureza com o formato de mão fechada e dedo indicador apontado perpendicularmente para os céus, constitui uma monumento natural de "beleza indiscutivelmente única", tornando-se "ainda mais expressivo por não haver a ocorrência de nenhuma outra formação semelhante no mundo" (Informação n° 119/00, de Sérgio M. Treitler, arquiteto, registro 0390793, às fls. do Processo n° 1405-T-97). Essa beleza indiscutível e o perfil desafiador da formação rochosa fizeram do *Dedo de Deus* uma referência internacional entre praticantes do esporte do alpinismo e do turismo, especialmente nas modalidades de observação e aventura, atualmente em grande expansão em todo o mundo. Além disso, por sua magnitude, unicidade, exposição e inserção no riquíssimo panorama serrano do estado do Rio de Janeiro, o *Dedo de Deus* tornou-se há muito um ícone do próprio patrimônio paisagístico do País. 4. Na verdade, o *Dedo de Deus*, por estar completamente inserido em uma Unidade de Conservação federal, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, já conta com um sistema de proteção legal; entretanto, por suas características singulares, inclusive quanto ao uso social requer proteção suplementar que o tombamento e a incorporação ao patrimônio histórico nacional podem propiciar. E até com alguma urgência, dadas as agressões que vêm sendo praticadas pelos visitantes-usuários contra o monumento natural, recentemente observadas. 5. Apoiamos, assim, a proposta de tombamento do maciço rochoso *Dedo de Deus* e a correspondente inscrição nos livros apropriados, recomendando, em face das restrições de recursos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que seja firmado termo

de cooperação técnica ou outro instrumento de cooperação adequado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, visando colocar a cargo do IBAMA a fiscalização do bem tombado, como já vem se dando em relação a todo o conjunto do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Brasília, Distrito Federal, 11 de novembro de 2002. MARIA JOSÉ GUALDA DE OLIVEIRA. Conselheira Suplente, em exercício." O Presidente elogiou o parecer da Conselheira e destacou o acerto da sua indicação para o relato desse bem natural, por tratar-se de representante do IBAMA. Prosseguindo, concedeu a palavra ao Conselheiro Breno Neves para os seguintes comentários: "Hoje estamos analisando três aspectos diferentes e muito importantes. Primeiro um patrimônio imaterial, uma arte indígena, depois um acervo arquitetônico recente, dos anos 30, e o tombamento de um bem da natureza, dádiva recebida pelo Brasil, o Maciço Rochoso **Dedo de Deus**. Considero essa nossa reunião, a última do ano de 2002, coroada de êxito por mostrar o dinamismo e a facilidade com que o Conselho Consultivo está a examinar outras matérias que vão engrandecer o acervo dos bens tombados pelo IPHAN". O Conselheiro Liberal de Castro indagou qual dos livros de tombo do IPHAN abrigaria a anotação do tombamento, na hipótese do acolhimento do pedido, sendo informado que a inscrição seria feita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Concluídos os debates, o Presidente colocou em votação a proposta de tombamento contida no Processo nº 1.405-T-97, aprovada por unanimidade, ficando tombado o **Dedo de Deus,** maciço rochoso situado no Município de Guapimirim, no Estado do Rio. Não houve manifestação quanto ao entorno proposto. O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes tomou a palavra para fazer as seguintes observações: "Presidente, estou com a premonição do que Vossa Senhoria falará agora. Quero me antecipar às suas palavras e fazer um relato pessoal. Estamos terminando o ano, é o momento de frisar, particularmente em relação aos demais Conselheiros, que pessoalmente tive uma oportunidade de enriquecimento muito grande pela

sabedoria dos seus relatos. Aprendi com todos os Conselheiros neste ano. Tivemos momentos memoráveis, considero de excepcional importância o advento de um trabalho sistematizado de análise e registro dos bens patrimoniais de natureza imaterial. A grande abertura proporcionada pela análise desse tipo de questão, já anteriormente levantada, mas que agora tomou uma conformação própria com os relatos excepcionais que tivemos. Além do enriquecimento pessoal muito grande, todos contribuímos para a preservação da nossa identidade cultural, muito diversa. Esses estudos devem conduzir sempre a uma visão do que somos, do que nos une e do que nos dá identidade própria em relação à diferença do outro. Tenho aprendido muito, acho que estamos trazendo uma contribuição de muita importância para o nosso país. Quero deixar a todos os membros do Conselho o meu abraço nesse momento de celebração natalina. É sempre prematuro falarmos sobre o futuro, mas de qualquer maneira, Senhor Presidente, quero deixar as minhas congratulações pela maneira sempre cortês, afável, gentil, construtiva que tive oportunidade de presenciar na condução das sessões do Conselho e também na condução de outros problemas submetidos ao nosso exame. Foi muito prazeroso e construtivo para mim essa convivência com Vossa Senhoria e com os demais Conselheiros. Muito obrigado". O Presidente agradeceu sensibilizado as palavras do Conselheiro e convidou os membros do Conselho para a homenagem que o Ministério da Cultura, junto com o IPHAN, prestaria a Carlos Drummond de Andrade com a inauguração de placa, no segundo andar, na sala em que trabalhou como funcionário público, colaborando com o patrimônio por mais de vinte anos, na chefia do Gabinete do Ministro Capanema e, em seguida, como técnico do IPHAN. Prosseguindo, convidou o Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Octávio Elísio Alves de Brito, para sentar-se à mesa da reunião e, em nome do Ministro de Estado da Cultura, falar sobre o homenageado. "Presidente, Ilustres Membros do Conselho Consultivo do IPHAN. Quero pedir permissão ao Presidente para me dirigir ao Conselho e o faço porque a minha presença aqui hoje se deve não apenas por

estar representando o Ministro na inauguração da Sala Drummond e no lançamento do livro da D. Lygia Martins Costa, mas também para cumprimentar os ilustres membros do Conselho. Tive a oportunidade de ser Secretário do Patrimônio durante quatro anos, no mesmo período em que o Dr. Carlos Heck ocupou a Presidência do IPHAN, e quero nesse final de administração ressaltar a minha convicção sobre a importância do Conselho, o papel importante que sempre desempenhou, o caráter absolutamente especial que tem, como órgão do IPHAN, na definição e na implementação de uma política de patrimônio. Quero portanto agradecer aos membros do Conselho a participação e a colaboração nesse período, que foi especialmente importante, coroado hoje com algumas decisões especiais. Quero pedir permissão para ressaltar o fato de que, pela primeira vez, damos proteção legal a patrimônio cultural indígena brasileiro. Considero essa ação do Conselho merecedora de destaque pelo seu significado, pela sua importância política. Reconheço a importância dos outros atos, inclusive da proteção do conjunto Art Decó de Goiânia, patrimônio relativamente recente. Além disso, quero também cumprimentar o Presidente pela homenagem que presta agora a Drummond, complementada a seguir com a inauguração de placa no espaço onde Drummond trabalhou, homenagem do Ministério da Cultura e do IPHAN, por iniciativa do Dr. Oswaldo Campos Mello, nosso Delegado. Considero a Sala Drummond um reconhecimento a alguém que foi muito lembrado neste ano como poeta e como prosador e muito pouco como homem do patrimônio, durante onze anos chefe de gabinete de Capanema, e durante dezessete anos funcionário do IPHAN, se aposentando como servidor desse órgão. Então hoje ele é lembrado como um homem do patrimônio e como um homem da cultura. Apenas para encerrar, quero lembrar a carta escrita por Lúcio Costa a Capanema em que se desculpa por não poder comparecer à inauguração deste prédio e diz que a sua construção se deveu ao trabalho de muita gente, ao empenho dele, Capanema, mas diz o seguinte: 'Só saiu porque havia o empenho de duas pessoas, uma no início e outra no fim da

decisão. No Palácio do Catete, o Presidente Getúlio Vargas, e no seu Gabinete, Carlos Drummond de Andrade'. Isso mostra o papel de alguém silencioso, que exercia a função de chefe de gabinete e teve uma posição absolutamente importante para que tivéssemos, hoje, uma política de patrimônio centrada na visão modernista de que a preservação do passado é fundamental para garantirmos a construção do futuro desta nação. Penso que isso se deve em grande parte a Drummond. É muito importante que isso tenha sido dito por alguém da dimensão de Lúcio Costa. Quero cumprimentar o Conselho, desejando a todos um feliz natal e um grande ano de 2003, e me associar às homenagens prestadas pelo Presidente do IPHAN, hoje, nesta sessão do Conselho, a Carlos Drummond de Andrade." O Presidente agradeceu as palavras do Secretário e destacou o entendimento que sempre mantiveram, resgatando a política do café com leite em favor do patrimônio. Agradeceu a colaboração dos Conselheiros e apresentou desculpas na hipótese de, em algum momento, não haver respondido de forma adequada aos seus anseios. Agradeceu o apoio do Ministro Weffort e afirmou que a sua passagem pelo IPHAN permitiu-lhe conhecer melhor a riqueza do patrimônio do país. Desejou um feliz Natal a todos e presentes, convidando-os para o lançamento do livro *De museologia, arte e políticas de patrimônio*, da professora Lygia Martins Costa, funcionária aposentada do IPHAN. Nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.

Carlos Henrique ~~Heck~~

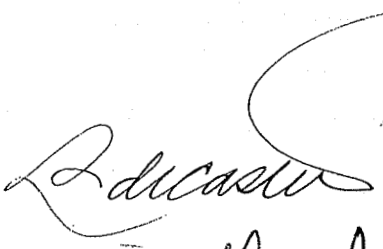
Anna Maria Serpa Barroso

Angela Gutierrez

Breno Bello de Almeida Neves 

Ivete Alves do Sacramento

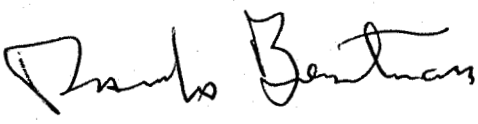
Jorge Derenji

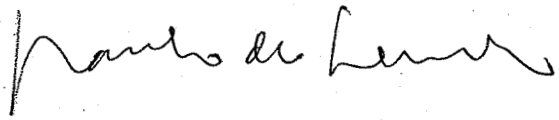
José Liberal de Castro 

Luiz Fernando Dias Duarte 

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès 

Maria José Gualda de Oliveira

Paulo Bertran Wirth Chaibub 

Paulo Ormindo de Azevedo 

Pedro Ignacio Schmitz

Synésio Scofano Fernandes 